§2º Os candidatos poderão apresentar recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação dos gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva, dirigido à instituição contratada para a realização do concurso sobre eventual falha na elaboração de alguma questão.

§3º O recurso será redigido pelo próprio candidato, no local e horário designados para seu recebimento, e interposto por meio do site da instituição contratada que estiver realizando o concurso.

Art. 48. O resultado da prova escrita objetiva será publicado no Diário Oficial, com a relação contendo o nome e o número de inscrição dos candidatos aprovados, bem como com as respectivas notas.

CAPÍTULO XIV

DAS PROVAS ESCRITAS DISCURSIVAS

Art. 49. Serão aplicadas duas provas escritas discursivas, com uma peça e cinco questões cada uma, compreendendo o programa das disciplinas previstas no art. 3º deste regulamento.

Art. 50. As notas das provas escritas discursivas serão graduadas de 0 a 100,00 pontos cada uma, sendo que cada questão discursiva valerá 10 pontos e a peça valerá 50 pontos.

§1º As questões serão elaboradas em conformidade com as diretrizes apontadas neste Regulamento.

§2º As provas serão apreciadas pela Banca Examinadora designada pela instituição responsável pela aplicação do concurso.

Art. 51. Será publicada no Diário Oficial a relação contendo o nome e o número de inscrição dos candidatos aprovados nas provas escritas prático-discursivas, bem como as respectivas notas.

§1º Os candidatos poderão ter vista de prova bem como interpor recurso nos 2 (dois) dias imediatamente subsequentes à data da publicação do resultado provisório.

§2º O recurso será redigido pelo próprio candidato à instituição contratada para a realização do concurso, no local e horário designados para seu recebimento, em formulário virtual (internet) por meio do site da instituição que estiver promovendo o concurso.

§3º A Instituição disponibilizará aos candidatos participantes do certame acesso eletrônico à grade de respostas das questões prático-discursivas, bem como a prova devidamente corrigida de cada um dos candidatos, essa acessível apenas pelo interessado mediante cadastro individual.

Art. 52. Serão considerados aprovados nas provas escritas discursivas os candidatos que alcançarem nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos em cada prova e obtiver média aritmética das notas nas duas provas igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos e obtiver as maiores notas até totalizar 20 (vinte) vezes o número de cargos previstos no edital, respeitando-se os empates na última posição do rol de candidatos que preencherem os requisitos, será considerado habilitado a permanecer no certame e realizar a Prova de Tribuna e Prova Oral e a Participar do Exame de Títulos.

Parágrafo único. A regra contida no caput será aplicada proporcionalmente à quantidade de vagas reservadas à ampla concorrência, aos negros, indígenas, quilombolas, bem como às vagas destinadas a Pessoas Com Deficiência, referidas no Art.1º deste Regulamento.

CAPÍTULO XV

DA PROVA DE TRIBUNA

Art. 53. A Prova de Tribuna, de caráter eliminatório, com objetivo de aferir a capacidade de exposição oral do candidato ao cargo de Defensor (a) Público(a) do Estado do Pará, será pública e valerá 100(cem) pontos.

Art. 54. Durante a Prova de Tribuna, serão avaliados os seguintes quesitos: articulação do raciocínio; convencimento da argumentação; poder de síntese; emprego de linguagem técnico-jurídica; uso correto do vernáculo; respeitadas as limitações da pessoa com deficiência.

Art. 55. A nota, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, individualmente atribuída pela Banca Examinadora, será lançada sigilosamente em folha de papel apropriada, rubricada no ato, assinalados os nomes dos candidatos eventualmente ausentes.

§1º A nota da prova de tribuna dos candidatos aprovados será a média aritmética das notas dos examinadores.

§2º Será eliminado o candidato que não lograr obter média mínima de 60 (sessenta) pontos.

§3º Será considerado habilitado na Prova de Tribuna o candidato que obtiver a média mínima de 60 (sessenta) pontos na referida prova.

§4º A relação dos candidatos aprovados e suas respectivas notas será publicada no Diário Oficial, omitindo-se os eliminados, fluindo dessa data o prazo de 2 (dois) dias para interposição de recurso, para a própria Banca Examinadora.

Art. 56. As provas de Tribuna serão gravadas em sistema de áudio e vídeo, identificadas e armazenadas para posterior reprodução, sendo disponibilizadas aos candidatos que recorrerem, no prazo de 2 (dois) dias, contados do escoamento do prazo do recebimento da interposição do recurso previsto no §4º do artigo anterior.

Parágrafo único. Disponibilizados os arquivos de áudio e vídeo respectivos, o candidato terá o prazo de 2 dias, a contar da disponibilização, para apresentar as razões recursais, para a própria banca examinadora.

CAPÍTULO XVI

DA PROVA DE SUSTENTAÇÃO ORAL

Art. 57. A prova oral consistirá na arguição dos candidatos pela Banca Examinadora acerca das matérias elencadas no art.3º deste Regulamento. Parágrafo Único. Durante sua arguição, os candidatos não poderão, sob pena de eliminação, efetuar anotações ou leitura de qualquer natureza, inclusive de apontamentos.

Art. 58. O candidato será arguido pela(s) Banca(s) Examinadora(s) por um período que não ultrapassará 25 (vinte e cinco) minutos por banca.

Parágrafo Único. Embora franqueado ao público assistir à prova oral, o candidato que ainda não houver sido arguido não poderá assistir aos exames dos demais.

Art. 59. A nota, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, individualmente atribuída pela Banca Examinadora, será lançada sigilosamente em folha de papel apropriada, rubricada no ato, assinalados os nomes dos candidatos eventualmente ausentes.

§1º A nota da prova oral dos candidatos aprovados será a média aritmética das notas dos examinadores.

§2º Será considerado habilitado na Prova de Sustentação Oral o candidato que obtiver a média mínima de 60 (sessenta) pontos na referida prova.

§3º A relação dos candidatos aprovados e suas respectivas notas será publicada no Diário Oficial, omitindo-se os eliminados, fluindo dessa data o prazo de 2 (dois) dias para interposição de recurso, para a própria Banca Examinadora.

§4º As provas de sustentação oral serão gravadas em sistema de áudio e vídeo, identificadas e armazenadas para posterior reprodução, sendo disponibilizadas aos candidatos que recorrerem, no prazo de 2 (dois) dias, contados do escoamento do prazo do recebimento da interposição do recurso”

§5º Disponibilizados os arquivos de áudio e vídeo respectivos, o candidato terá o prazo de 2 dias, a contar da disponibilização, para apresentar as razões recursais, para a própria banca examinadora.

CAPÍTULO XVII

DA PROVA DE TÍTULOS

Art. 60. Participarão da fase de títulos todos os candidatos aprovados na Prova de Sustentação Oral.

Art. 61. A prova de títulos terá por fim verificar e avaliar a experiência e formação acadêmica e profissional do candidato, bem como sua cultura geral. Parágrafo Único. A prova de títulos não terá caráter eliminatório, servindo a respectiva nota apenas para somar-se à média aritmética das notas obtidas nas provas anteriores (preliminar objetiva, discursiva, de tribuna e sustentação oral para fins de classificação).

Art. 62. Na participação da fase de títulos, o candidato deverá apresentar o seu currículo devidamente relacionado e instruído com a prova hábil dos títulos eventualmente existentes.

§1º A forma de comprovação dos títulos será disciplinada no edital de abertura do concurso.

Art. 63. Uma vez divulgados os resultados da prova de tribuna e sustentação oral, será informada a data para entrega dos títulos.

Art. 64. Avaliados os títulos apresentados pelos candidatos, proceder-se-á à publicação do resultado da prova de títulos no Diário Oficial, com a relação nominal dos candidatos e das notas por eles obtidas.

Parágrafo Único. O candidato poderá interpor recurso à instituição contratada para a realização do concurso, visando à revisão das notas atribuídas aos títulos apresentados, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da publicação referida no caput deste artigo.

CAPÍTULO XVIII

DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

Art. 65. Decididos os recursos acaso manifestados, proceder-se-á à apuração do resultado final do concurso.

Parágrafo Único. A nota final do candidato será apurada pela média aritmética das notas obtidas nas provas escritas objetiva, discursiva, de tribuna e sustentação oral, acrescida da nota obtida na prova de títulos.

Art. 66. A classificação dos candidatos far-se-á na ordem decrescente das notas finais, apuradas como referido no artigo anterior.

§1º Se mais de um candidato obtiver a mesma nota final, observar-se-á, como critério de desempate, a nota obtida na prova escrita objetiva e permanecendo o empate, a nota obtida na prova discursiva.

§2º Persistindo o empate, depois de obedecidos os critérios do parágrafo antecedente, a classificação será definida pela idade, em favor do mais idoso.

§3º Finda a apuração do resultado final, a comissão do concurso divulgará a classificação final dos candidatos, que será publicada na forma do artigo 11.

CAPÍTULO XIX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. Os critérios de aprovação previstos neste artigo serão utilizados separadamente, para a formação de listas de ampla concorrência, de candidatos com deficiência, de candidatos negros, de candidatos indígenas e de candidatos quilombolas.

Art. 68. As nomeações nos cargos dos aprovados dentro das vagas previstas em edital, bem como aqueles eventualmente aproveitados do cadastro de reserva deverão observar a alternância e proporcionalidade entre os percentuais destinados aos candidatos de ampla concorrência e os de cotas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, considerando cada uma das listas de aprovados e os percentuais estabelecidos neste regulamento

Art. 69. As planilhas de todos os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso público serão guardados pela instituição contratada para a realização do concurso, pelo prazo mínimo de um ano, contado a partir da homologação do resultado final do certame, em ambiente próprio. Decorrido 01 (um) ano após a homologação do resultado final, e não se caracterizando qualquer óbice, é facultada a reciclagem das provas e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do concurso, os registros eletrônicos.

Art. 70. O prazo de validade do concurso será de 02(dois) anos, a contar da publicação de sua homologação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Conselho Superior da Defensoria Pública, mediante iniciativa da Defensoria Pública-Geral.

Art. 71. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso em conjunto com a instituição contratada para a realização do concurso.

Art. 72. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo: 650730